

Alerta Legislação nº 47, de 16 a 21 nov. 2020
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>DECRETO Nº 10.544, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar.
Governo do Estado de São Paulo
<u>DECRETO Nº 65.295, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO <u>RESOLUÇÃO SEDUC-85, DE 19-11-2020</u> Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/11/2020	<u>DECRETO Nº 10.544, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar.
16/11/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.009, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. <u>DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u>

	Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 148, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.004, de 24 de setembro de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 19 de novembro de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 147, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.003, de 24 de setembro de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - <i>Covax Facility</i>", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 19 de novembro de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 146, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.002, de 23 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 19 de novembro de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 145, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 988, de 30 de junho de 2020, que "Abre

	crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de outubro de 2020. Congresso Nacional, em 16 de novembro de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 144, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, que "Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de novembro de 2020. Congresso Nacional, 13 de novembro de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 143, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 991, de 15 de julho de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 160.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de novembro de 2020. Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.103, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 3.844.052.009,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 14.102, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 234.174.347,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 14.101, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do

Conselho Nacional de Justiça, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 18.907.712,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.100, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 3.181.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.099, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 10.706.761,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.098, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 187.858,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.097, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 3.440.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.096, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 20.028.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.095, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento de Investimento para 2020, em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais, da Transpetro Bel 09 S.A. e da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., crédito especial no valor de R\$ 24.340.126,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.094, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 14.928.044,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.093, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento de Investimento para 2020, em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., da Centrais Elétricas Brasileiras S.A., da Energia dos Ventos V S.A., da Energia dos Ventos VI S.A., da Energia dos Ventos VII S.A., da Energia dos Ventos VIII S.A., da Energia dos Ventos IX S.A., de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eletrobras Termonuclear S.A., da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A., da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A., da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil, da Petrobras Transporte S. A., da Transpetro Internacional B. V., da Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S. A. - Mangue Seco 2 e da

Companhia das Docas do Estado da Bahia, crédito suplementar no valor de R\$ 976.705.407,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.092, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, e do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 29.421.542,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.091, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento de Investimento para 2020, em favor da Companhia Docas do Ceará, da Companhia Docas do Espírito Santo, da Companhia das Docas do Estado da Bahia, da Companhia Docas do Pará, da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e da Empresa Gerencial de Projetos Navais, crédito suplementar no valor de R\$ 502.572.920,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.090, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento de Investimento para 2020, em favor da Companhia Docas do Rio Grande do Norte e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito especial no valor de R\$ 74.933.175,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.089, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 589.113.328,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.088, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.546.900.129,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.087, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 6.194.427,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.086, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 20.924.080,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.085, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a [Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.

LEI Nº 14.084, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 1.104.860,00, para os fins que especifica.

	<u>LEI Nº 14.083, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera os identificadores de resultado primário constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 869.038.273,00. <u>LEI Nº 14.082, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 7.807.411,00, para os fins que especifica. <i>(*) N.º da Coeja: Republicada por ter saído na Edição nº 220, do DOU de 18-11-2020, Seção 1, página 41, com incorreção.</i> <u>LEI Nº 14.081, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.364.687.357,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 14.080, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 493.615,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.079, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020V</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 336.700.811,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.078, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 8.580.000,00, para os fins que especifica.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 17, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova a versão 1.0 do documento Rede de Carimbo do Tempo na ICP-Brasil - Recursos Técnicos DOC-ICP-11.01. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 16, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Identificação de Servidores de Serviço Exterior Brasileiro em Missão Permanente no Exterior DOC-ICP-05.01. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 15, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova a versão revisada e consolidada do documento Atribuição de OID na ICP-Brasil DOC-ICP-04.01. CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

	<u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 143, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova os investimentos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos S.A. - CBTU.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 63, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2020</u> 1. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador e importador Servatis S.A. - Resende/RJ, no produto Timorex Gold, registro nº 22116, conforme processo nº 21000.069722/2020-19. (...)
Ministério da Cidadania	SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL → Secretaria Nacional de Assistência Social <u>PORTARIA Nº 148, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova recomendações gerais à gestão da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, especialmente às organizações da sociedade civil, sobre a adaptação das ofertas socioassistenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus - COVID-19 → Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva <u>RESOLUÇÃO Nº 88, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Regulamenta o disposto no art. 19, c, do Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012, para estabelecer a fórmula utilizada para cálculo do limite financeiro a ser utilizado na comercialização de leite no âmbito do Programa Aquisição de alimentos, na modalidade de incentivo à Produção e ao Consumo de Leite.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.781/GM-MD, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Cria o Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC) e dá outras providências.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL → Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 44, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 32, que estabelece o formato, a periodicidade e as informações a serem prestadas pelos participantes do Pix. → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 40, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera dispositivos do Regulamento anexo à Circular nº 4.027, de 12 de junho de 2020, que regulamenta o funcionamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil, em razão das alterações introduzidas no Regulamento do arranjo de pagamentos Pix, anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020.

RESOLUÇÃO BCB Nº 39, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

RESOLUÇÃO CVM Nº 13, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o registro, as operações e a divulgação de informações de investidor não residente no País.

RESOLUÇÃO CVM Nº 12, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Clubes de Investimento.

RESOLUÇÃO CVM Nº 11, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a divulgação de informações e a distribuição de cotas dos Clubes de Investimento.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PORTARIA Nº 1.179, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Aprova o Estatuto da Auditoria-Geral do INSS.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 23.711, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

(...)

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da [Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020](#), no que concerne aos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Regional.

(...)

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

INSTRUÇÃO NORMATIVA PREVIC Nº 35, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)

Dispõe sobre a operacionalização de procedimentos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e sobre a forma de cumprimento das obrigações em matéria de investimentos junto à Previc.

() Republicação da Instrução Normativa Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2020, Seção 1.*

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.991, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

PORTARIA Nº 4.747, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a Portaria RFB nº 2.047, de 26 de novembro de 2014, que dispõe sobre solicitação e emissão da Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF), instituída pelo [Decreto nº 3.724, de 10 de janeiro de 2001](#).

	→ Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil <u>PORTARIA Nº 77, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Regulamenta dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.985, de 29 de outubro de 2020, que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado. SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA FAZENDA/ME Nº 23.750, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; e da Justiça e Segurança Pública, e da Controladoria-Geral da União, crédito suplementar no valor de R\$ 202.193.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE → Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação <u>RESOLUÇÃO SDIC /ME Nº 3, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Estabelece regras para a seleção, implantação, operacionalização e acompanhamento dos Programas Prioritários do Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística, previstos pela Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, e regulamentados pelo Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, e pela Portaria nº 86, de 12 de março de 2019, do Ministério da Economia.
Ministério da Educação	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA Nº 177, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)</u> Estabelece o calendário da CAPES para as atividades do Processo de Avaliação para o ano de 2021. (*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 17/11/2020, Seção 1, pág. 59.
Ministério da Infraestrutura	COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS <u>RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 4, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 623, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre os procedimentos de naturalização, de igualdade de direitos, de perda da nacionalidade, de reaquisição da nacionalidade e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI <u>PORTARIA Nº 1.213, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Padroniza a identidade funcional dos servidores da Fundação Nacional do Índio, em cumprimento ao disposto no art. 3º, § 3º, do Decreto nº 10.266 de 5 de março de 2020.

Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 575, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> (...) Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos de atividades de ouvidoria e de pedidos de acesso à informação recebidos no âmbito do Ibama. (...)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 2.904, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família. <u>PORTARIA Nº 2.903, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Revoga atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conforme disposto no <u>Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019</u>.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.111, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS/2017, para dispor sobre o parcelamento administrativo de débitos oriundos de transferências voluntárias. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 462, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Revoga expressamente os atos com conteúdo normativo já revogados tacitamente, cujos efeitos tenham se exaurido no tempo ou que se encontrem vigentes, mas cuja necessidade ou significado não puderam ser identificados, nos termos do artigo 8º do <u>Decreto nº 10.139, de 28 novembro de 2019</u>. → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 463, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera a RN nº 451, de 6 de março de 2020, a RN nº 307, de 22 de outubro de 2012, e a RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, bem como revoga a IN nº 50, de 27 de dezembro de 2007, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE, e o Anexo I da RN nº 307, de 22 de outubro de 2012. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 77, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre o procedimento de submissão contínua de dados técnicos para o registro de vacinas Covid-19. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)

	<u>PORTARIA FUNASA Nº 5.461, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Estabelece critérios para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2020 quanto ao Programa de Fomento às ações de Educação de Saúde Ambiental da Funasa para estados e municípios, voltados para sustentabilidade das ações de saneamento em áreas rurais e de seleção de propostas. SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA Nº 1.068, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Institui o Modelo de Informação de Resultado de Exame Laboratorial COVID-19
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
20/11/2020	<u>DECRETO Nº 65.300, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 52.334, de 6 de novembro de 2007, que dispõe sobre a representação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Conselhos Estaduais que especifica e dá providências correlatas
19/11/2020	<u>DECRETO Nº 65.299, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 65.298, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres - APMs para os fins que especifica <u>DECRETO Nº 65.297, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 20 de novembro de 2020, e dá providências correlatas
17/11/2020	<u>DECRETO Nº 65.296, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Altera a redação do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 65.134, de 13 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 16.778, de 22 de junho de 2018, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual da Juventude <u>DECRETO Nº 65.295, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

Desenvolvimento Econômico (SDE)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA DA VICE-DIRETORA SUPERINTENDENTE, EM EXERCÍCIO COMO DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 17-11-2020</u> Estabelece normas para a concessão de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibular – 1º Semestre de 2021, das Faculdades de Tecnologia
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-87, DE 20-11-2020</u> Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro Paula Souza - CPS e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-86, DE 18-11-2020</u> Regulamenta a utilização de recursos da tecnologia para a realização de videoconferência nos procedimentos administrativos de apuração preliminar, presididos no âmbito da Pasta <u>RESOLUÇÃO SEDUC-85, DE 19-11-2020</u> Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC 84, DE 16-11-2020</u> Dispõe sobre os processos de credenciamento para atuação no Programa Ensino Integral e de avaliação da equipe escolar nas unidades participantes do referido Programa referentes ao ano de 2020, e dá providências correlatas COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH) <u>PORTARIA CGRH - 12, DE 19-11-2020</u> Complementa as orientações relacionadas aos procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2021, previstos na Portaria da CGRH-9, de 13-11-2020
Fazenda e Planejamento (SFP)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO</u> (Comunicado CAF-G 00017, de 17-11-2020) Divulga a Quota-Parte Municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos Recursos Previstos no Artigo 159, II da Constituição Federal, do Mês de Outubro de 2020. COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT-94, DE 19-11-2020</u> Altera a Portaria CAT 34/20, de 25-03-2020, que dispõe sobre o atendimento não presencial, por meios remotos de prestação de serviços, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

Justiça e Cidadania (SJC)	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) <u>PORTARIA FPDC-30, DE 12-11-2020</u> Revoga a Portaria Normativa 50, de 29-11-2017, e dispõe sobre os procedimentos para oficialização do Dirigente do órgão municipal de defesa do consumidor conveniado, perante a Fundação Procon-SP, bem como a obrigatoriedade de participação dos dirigentes, servidores e estagiários dos órgãos municipais de defesa do consumidor conveniados com a Fundação Procon-SP, no curso básico de atendimento, e dá outras providências
Projetos, Orçamento e Gestão	SUBSECRETARIA DE GESTÃO → Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado <u>COMUNICADO</u> A Diretora Técnica de Saúde III -Substituta, do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, Comunica Que: Em Cumprimento ao § 1º, do Artigo 1º, da Instrução UCRH 04, de 17-02-2017, Publicada no Diário Oficial de 18-02-2017, Informamos Que Deverão Ser Encaminhados ao DPME. No Período de 1º A 28-02-2021 Os Processos de Adicional de Insalubridade dos Servidores Abaixo Relacionados (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 141, DE 17-11-2020</u> Altera o Anexo I da Resolução SS-77, de 3 de junho de 2020, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, em caráter temporário, o Projeto de Voluntários Acadêmicos das Ciências da Área da Saúde, para enfrentamento ao COVID-19 (Novo Coronavírus) e da providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS 140, DE 17-11-2020</u> Altera o Anexo I da Resolução SS-78, de 3 de junho de 2020, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, em caráter temporário, o Projeto de Voluntários, para enfrentamento ao COVID-19 (Novo Coronavírus) e da providências correlatas COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS (CRH) <u>PORTARIAS DO COORDENADOR, DE 18-11-2020</u> Expedindo: a presente Portaria, para RETIFICAR a Portaria CRH – 4 de 4, publicada em 5-6-2020, que instituiu no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, em caráter temporário, o Projeto de Voluntários, para enfrentamento ao COVID-19 (Novo Coronavírus), leia-se: (...)
Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) → Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado <u>PORTARIA CBPM – 49/01, DE 16-11-2020</u> Estabelece regras específicas para reinclusão de Policiais Militares e pensionistas na qualidade de contribuinte da Caixa Beneficente da

	Polícia Militar do Estado
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
20/11/2020	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 2020</u> Assegura o direito ao cômputo do tempo de serviço para todos os fins, inclusive para obtenção de vantagens por tempo de serviço como quinquênio, sexta-parte e licença-prêmio, durante a vigência do Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus SARS-CoV-2. DOE, Legislativo, 20/11/2020, p. 3 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 54/2020</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO traz ao conhecimento da sociedade breve relatório das ações da Administração ao combate do COVID 19, abrangendo Estado e Municípios. Tais atividades contêm desde orientações à Fiscalização e aos jurisdicionados até os principais apontamentos necessários à instrução de processos, passando pelos instrumentos de acompanhamento das ações, dos recursos empregados, da transparência, ferramenta de controle social, e do relatório de gestão do enfrentamento da pandemia. Em próxima publicação serão dados a conhecer informes consolidados e especificados dos principais achados da Fiscalização. SDG, em 19 de novembro de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 20/11/2020, p. 14
19/11/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 684, DE 2020</u> Mensagem A-nº 046/2020 do Senhor Governador do Estado (...) Altera a Lei n.º 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (...) DOE, Legislativo, 19/11/2020, p. 9
18/11/2020	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 53/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA o número de processos instruídos nas dependências da Fiscalização, de A.T.J. e S.D.G. no 3º Trimestre do ano. Necessário ressaltar que foi retomada a instrução de processos físicos

	e não só de processos eletrônicos como nos trimestres anteriores. Essa a razão da variação anotada no gráfico que segue. SDG, em 17 de novembro de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 18/11/2020, p. 13
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
20/11/2020	<u>LEI Nº 17.529, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 312/19, DO EXECUTIVO) Institui o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – Funter, e o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – Conter, do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 59.907, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre criação de centro municipal de educação infantil. (...) Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Monte Serrat, integrante do Centro Educacional Unificado Monte Serrat, localizado na Rua Monte Serrat, 230, Distrito Tatuapé, vinculado à Diretoria Regional de Educação Penha, da Secretaria Municipal de Educação. (...) SUPLEMENTO EDITAIS FAZENDA <u>EDITAL 020/20 - EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO</u>
18/11/2020	<u>DECRETO Nº 59.905, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Prorroga até 30 de novembro de 2020 os períodos de suspensão dos prazos a que se referem o inciso VII do “caput” do artigo 12 e o artigo 20, ambos do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>